

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

TV Brasil Central

TCE e TCM vão ajudar na melhora da Educação

.....

Diário da Manhã

Rombo

.....

O Hoje

Caiado deve sancionar parceria com Ifag

.....

Jornal Opção

Três novos membros tomam posse na Academia Goianiense de Letras

.....

TCE e TCM vão ajudar na melhora da Educação

e olha órgãos de controle do Estado como o TCE Tribunal de Contas dos Municípios e o TCE né o Tribunal de Contas do Estado vão colaborar com o desenvolvimento da Educação na rede pública em Goiás um pacto foi assinado hoje e a Isabela Mendes acompanhou tudo isso e traz os detalhes para a gente a professora eu lá trabalha há 7 anos na educação básica municipal ela conta que as políticas pública conta que as políticas públicas promovidas nos últimos anos tem evoluído a aprendizagem dos alunos nos últimos anos os professores têm buscado se capacitar né com essas novas tecnologias para trazer para sala de aula junto aos alunos técnicas benéficas para eles Mesmo trazendo para o cotidiano mesmo do aluno para garantir que o avanço do ensino público continua a Gerar resultados Impacto interes institucional foi assinado institucional foi assinado no primeiro fórum gaep em Goiânia um compromisso entre órgãos públicos do Estado esse Impacto ele já vem acontecendo o que nós ganhamos Sem dúvida nenhuma é um reforço muito forte muito grande com gaep porque ele reúne os órgãos de controle Então se os órgãos de controle tivemos eles tiverem um olhar para nós que é um olhar mais de eu quero ajudar eu quero apoiar eu quero fazer junto com vocês vai dar certo o presidente do TCM conta que o órgão cm conta que o órgão trabalha fiscalizando o poder público municipal e assegura o acesso à educação básica muito dinheiro orienta Mas se não tiver condições de avaliar a política pública é difícil então o que que o tribunal da Fazenda no caso da educação fazendo avaliação saber como é que tá o nível de aprendizado dos alunos do Ensino Fundamental que é obrigação do município tchau Tribunal de Contas do Estado tem feito atuação Para viabilizar política Para viabilizar políticas públicas que garantem um ensino de qualidade PC juntamente com TCM e outras instituições estabelecem se formam de diálogo Inter institucional onde nós debatemos a educação nós constatamos Quais são os problemas e apontamos também quais são os instrumentos para que o gestor público possa utilizar em benefício da sociedade para que as nossas crianças e os nossos adolescentes tenham então contemplado esse seu direito fundamental previsto na Constituição apesar da já conhecida evolução na educação evolução na educação pública Municipal de Goiás o órgão responsável pelo pacto gaep garante que ainda existem desafios a serem vencidos entre eles a desigualdade Econômica social e racial ainda existe muita disparidade entrou aprendizado das crianças de nível socioeconômico mais baixo comparativamente aos demais alto nível e também entre as crianças brancas pretas e indígenas então A ideia é que essa governança é que essa governança né O gaep que reúne todos os atores possa colaborar para que a gente consiga superar mais rapidamente os desafios que comprometem o acesso com promessa em a permanência e a aprendizagem das crianças e jovens Goianas

Rombo

Segundo relatório da área técnica do TCEGO, ao final do exercício de 2018, o estado de Goiás apresentava insuficiência total de caixa para quitação de suas obrigações no montante de R$ 6,73 bilhões, sendo 98% desse valor no Poder Executivo.

Positivo

A imposição de tarifas e barreiras comerciais do governo dos EUA fez com que a China retaliasse as medidas de Donald Trump, o que pode favorecer o mercado do agro brasileiro, que deve absorver parte da nova demanda chinesa.



Fio Direto

CLOVES REGES

clovesreges@gmail.com

Cobrança

Prevista para começar a ser cobrada em abril próximo, o prefeito Sandro Mabel (UB) disse recentemente que, muito provavelmente, a implantação da Taxa do Lixo começaria em maio ou junho deste ano. Vai depender, no entanto, da decisão da Justiça.

Valores

De acordo com a lei aprovada, a Taxa do Lixo terá o valor mínimo de R$ 258 e o máximo de R$ 1,6 mil. O valor cobrado levará em conta o tipo, a metragem e a localização dos imóveis. Essa fórmula é um dos questionamentos do MP-GO.

Municípios

O governador Ronaldo Caiado (UB) anunciou nesta segunda-feira (24) o repasse de R$ 38,6 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) a 235 municípios goianos.

Critérios

O montante refere-se ao Cofinanciamento Estadual e tem como destino os municípios que cumpriram os requisitos para recebimento do recurso, que pode ser utilizado para investimentos, incluindo aquisição de alimentos para as famílias vulneráveis.

Desequilíbrio

Matéria publicada na edição do Diário da Manhã de ontem (24) lembrou o colapso financeiro deixado pelas gestões de José Eliton e Marconi Perillo (PSDB) ao final de 2018. Naquele ano, parte da folha de novembro e a de dezembro não foram pagas.

Rombo

Segundo relatório da área técnica do TCE-GO, ao final do exercício de 2018, o estado de Goiás apresentava insuficiência total de caixa para quitação de suas obrigações no montante de R$ 6,73 bilhões, sendo 98% desse valor no Poder Executivo.

Positivo

A imposição de tarifas e barreiras comerciais do governo dos EUA fez com que a China retaliasse as medidas de Donald Trump, o que pode favorecer o mercado do agro brasileiro, que deve absorver parte da nova demanda chinesa.

Segurança

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Gazeta de Pesquisas (Igape) a maioria dos moradores de Goiânia se sente segura na cidade. O levantamento apontou que 85% dos entrevistados consideram a capital um lugar seguro para viver.

STF começa a julgar hoje (25) denúncia contra Bolsonaro



A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux, começa, nesta terça-feira (25), a decidir se aceita ou não a denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros seis acusados. Segundo a PGR, Bolsonaro e os demais acusados integraram uma organização criminosa armada com o objetivo de promover um golpe de estado e, assim, subverterem a ordem democrática para que o ex-presidente continuasse no poder, mesmo tendo sido derrotado na eleição presidencial de 2022. Além de Bolsonaro, integram esse grupo de denunciados os ex-ministros Augusto Heleno (GSI), Braga Netto (Casa Civil), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Anderson Torres (Justiça), além do ex-comandante da Marinha Almir Garnier e do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que à época era diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Se a maioria do colegiado aceitar a denúncia, os acusados viram réus e vão responder a ação penal. Os indiciados podem responder pela prática de até cinco crimes: organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Se condenados por todos eles, podem pegar até 42 anos de prisão. O relator da matéria é o ministro Alexandre de Moraes. Os ministros terão três sessões para decidir o futuro de Bolsonaro e dos seus aliados.

Ministros foram mantidos

O plenário do STF negou provimento aos recursos das defesas dos acusados e decidiu manter os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino aptos a participarem do julgamento da denúncia contra Jair Bolsonaro e os demais acusados. A defesa alegou que as atuações anteriores dos ministros os impediriam de atuar no caso. O STF entendeu, no entanto, que "a atuação anterior de magistrados não pode fazer pressupor que deixarão de cumprir a lei em razão de suas associações pretéritas".

MP-GO questiona criação da taxa do lixo em Goiânia

Parecer da subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, assinando pela procuradora Fabiana Lemes Zamalloa, pede, em caráter cautelar, a suspensão da cobrança da chamada Taxa do Lixo em Goiânia, lei que foi aprovada em dezembro do ano passado, a poucos dias do término da gestão Rogério Cruz (Solidariedade). Segundo o MP-GO, a matéria, que é objeto de ADI no TJ-GO, padece de estudos técnicos e também não teria sido amplamente debatida com a sociedade.



Chiquinho Brazão, ainda deputado, completa um ano na cadeia

Parlamentar foi preso em 24 de março de 2024, acusado de ser um dos mandantes no assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018



Deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), preso há um ano, segue com mandato

Redação

O deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) completou nesta segunda-feira (24) um ano na cadeia. O parlamentar, apontado pelas investigações como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) em 2018, foi preso pela Polícia Federal (PF) em 24 de março de 2024. A perda do mandato dele, no entanto, depende do aval do plenário da Câmara dos Deputados.

O rito para a cassação do deputado travou perto do final: Em 10 de abril de 2024, o plenário da Câmara votou para manter Brazão na cadeia por 277 votos a 129. Em 28 de agosto, o caso de Brazão foi votado pelo Conselho de Ética da Casa. A cassação do mandato do deputado foi aprovada pelos parlamentares membros do conselho, por 14 votos a 1.

A etapa seguinte seria o plenário da Casa. O presidente da Câmara precisa pautar o assunto para que ele seja avaliado pelos parlamentares. Isso ainda não aconteceu.

A deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), líder do Psol, partido de Marielle, já disse que levaria o assunto para as reuniões de líderes da Casa, cobrando que ele fosse pautado em plenário. A definição da data de votação cabe ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que assumiu o cargo em fevereiro de 2025. Talíria relembrou a efeméride neste domingo (23), em publicação feita em seu perfil no X, e cobrou a votação.

Enquanto o assunto não vai ao plenário, Brazão tecnicamente mantém seu mandato como deputado federal enquanto está preso. A verba de cota parlamentar do deputado está congelada, sem nenhum gasto registrado, desde abril do ano passado. Mas a estrutura do seu gabinete segue empregando 24 pessoas no ano de 2025, segundo o site da Câmara dos Deputados.

Ministério Público se manifesta favorável à ação pela suspensão da Taxa do Lixo

Redação

O Ministério Público se manifestou favorável à ação da vereadora Aava Santiago (PSDB) e defendeu a suspensão da Taxa do Lixo, criada pela Prefeitura no fim do ano passado

De acordo com o MP, a Taxa do Lixo foi aprovada "de forma precipitada" e "sem a devida participação democrática". O órgão questiona a ausência de estudos técnicos que comprovem a necessidade dos valores cobrados; falta de transparência e participação popular; violação da natureza jurídica das taxas, já que o valor cobrado não está diretamente relacionado ao custo do serviço; e a delegação indevida de competências tributárias ao Poder Executivo, permitindo alterações sem necessidade de nova aprovação legislativa.

Segundo Aava Santiago, o texto que cria a Taxa do Lixo não informa sobre a porcentagem de pagamento pela população nem garante que o valor arrecadado será destinado à coleta de lixo.

Caiado deve sancionar parceria com Ifag

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) avalizou a matéria do Poder Executivo que autoriza o Governo de Goiás a firmar parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), entidade sem fins lucrativos, para aplicação de recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) em obras de recuperação, manutenção e implantação de rodovias. Com isso, o projeto volta ao Palácio para o crivo do Governo de Goiás.

A matéria dispensa chamamento público e integra o Programa de Parcerias Institucionais para o Progresso e o Desenvolvimento Econômico de Goiás. O projeto foi discutido em audiência pública um dia antes de sua aprovação na Casa de Leis. O encontro contou com a participação do presidente da Goinfra, Pedro Sales, e recebeu votos contrários de alguns parlamentares da oposição.

Na ocasião, a audiência se tornou palco de um debate intenso sobre a gestão de obras rodoviárias e a utilização dos recursos do fundo. A Goinfra, vale lembrar, é o órgão supervisor do Fundeinfra, do qual o Ifag pretende acessar recursos. Com a parceria, o instituto poderá obter recursos financeiros do programa para a realização de ações voltadas à manutenção, ao melhoramento e à implementação de rodovias.

Ao falar sobre o assunto, Pedro Sales apresentou dados referentes às obras já executadas pela Goinfra e apontou as melhorias obtidas até o momento. "Estamos em um avanço de deixar o Estado muito melhor do que aquilo que encontramos em 2018", frisou. Sales evidenciou as obras concluídas e em andamento, por meio do Fundeinfra, na infra-estrutura de Goiás, com a afirmativa de que o valor já arrecadado pelo programa soma R$ 1,94 bilhões.

No entanto, segundo ele, ainda há muitas obras que necessitam de avanço. Por esse motivo, afirmou ter solicitado a discussão com o intuito de esclarecer a respeito da medida que visa à parceria do Estado com o Ifag. O objetivo, segundo Sales, é desburocratizar o processo e dar celeridade à execução dos serviços. Ele acredita que a ação ainda coloca Goiás à frente de outros estados. "São procedimentos novos, mas todos embasados em legislação", pontuou.

Apesar do esforço, a defesa do secretário não convenceu a deputada Bia de Lima (PT) que criticou a matéria do governo que transparece a tentativa de, segundo ela, "fugir do processo" de licitação, defendendo a aplicação da lei para todas as gestões. "A lei não é para alguns. A lei é para todo mundo", enfatizou a deputada, que também questionou a "sofrência desesperadora" do Governo em defender suas ações em âmbito nacional.

O relator da matéria, deputado Issy Quinan, porém, defendeu a medida que qualifica o Ifag para a gestão de obras rodoviárias. Segundo Quinan, a proposta representa um avanço na celeridade e na eliminação da burocracia, garantindo a execução do plano rodoviário do Estado. O deputado rebateu as críticas da oposição, afirmando que o

Governo Caiado realizou mais obras do que gestões anteriores e que o projeto em questão busca dinamizar o ato administrativo, eliminando modelos obsoletos.

De volta ao secretário, Sales destacou que houve diálogo com o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) a respeito do assunto. "Todos os atos foram públicos e ficaram sob consulta pública", afirmou, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Ele informou que o TCE assinou um termo de acordo para fiscalizar as obras sob essa nova perspectiva.

Por fim, o presidente da Goinfra esclareceu que a lei permite a contratação de entidades do terceiro setor por meio de chamamento público ou dispensa, quando há referendo legislativo da entidade indicada. Ele ressaltou que um chamamento público está aberto e que o Ifag foi indicado por já ter manifestado interesse na parceria. O gestor também se colocou à disposição para apresentar um comparativo dos investimentos em obras rodoviárias das gestões anteriores e da atual. Ele reforçou que a sustentação jurídica do processo está na legislação, que permite a gestão compartilhada de infraestrutura com o terceiro setor. (Felipe Cardoso, especial para O Hoje)

Recursos fortalecem a causa municipalista, mas não resolvem

O auxílio prestado por Caiado aos municípios goianos não consegue substituir às emendas parlamentares

Raunner Vinicius Soares

Raunner Vinicius Soares/O HOJE



O presidente da AGM afirma que o governador tem dado as mãos aos municípios

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), anuncia, nesta segunda-feira (24), o Cofinanciamento de Assistência Social, modalidade de transferência que permite às prefeituras receber verbas do governo estadual para aplicação em projetos voltados a famílias em situação de vulnerabilidade. O valor estimado é de R$ 38,6 milhões. Como são recursos anunciados para os 246 municípios, a liberação é compreendida como mais um de vários auxílios prestados aos prefeitos goianos que têm sofrido com os bloqueios das emendas parlamentares. No entanto, prefeitos se queixam que os recursos não são suficientes, apesar de ajudarem.

Em uma entrevista exclusiva ao Jornal O Hoje, o prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela (MDB), ressalta que o governador tem ajudado muito dentro do que o Estado pode, mas não é um substitutivo das emendas. Ao ser perguntado sobre a possibilidade da liberação das emendas, ele disse: "Sim, espero, é extremamente importante um município com tantas necessidades como Aparecida de Goiânia... e ainda cortar. Realmente, esperamos que isso possa ser revisto e que os municípios não sigam prejudicados, principalmente no caso do nosso município".

"O governador tem sido um grande parceiro do município de Aparecida, desde o primeiro momento, ajudando, colaborando em todas as áreas, em tudo aquilo que é possível. Agora, é claro que a substituição das emendas não é possível, ele [Caiado] não pode substituir o recurso da emenda que foi cortada, mas tem nos ajudado aonde o governo pode estender a mão, tem sido um grande colaborador, um grande parceiro de Aparecida", afirma Leandro Vilela.

O presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), que também é prefeito de Hidrolândia, Zé Délio (União), ao ser, também, questionado sobre a possibilidade da liberação das emendas, aponta que a cada mudança que se faz em Brasília, os municípios são prejudicados. No entanto, afirma que "o governo do Estado tem sim dado as mãos aos municípios goianos, fazendo projetos que nem eram da alçada do Estado, mas auxiliando. Como o recapeamento dos municípios, patrulha mecanizada e casa popular. Isso desafoga um pouco os cofres municipais para que a gente consiga fazer diferença com os poucos recursos que ainda restam aos municípios".

Se referindo às emendas e a mais um possível corte de receitas que ainda demanda de aprovação do Congresso Nacional, Zé Délio afirmou que: "Nós esperamos que o governo federal se sensibilize a causa municipalista, que saiba, realmente, que o povo vive nos municípios, nas cidades, e que essa demanda seja cada dia mais importante para o governo federal. Por quê? Não adianta fazer favor a população, reduzir impostos, sem pensar que, às vezes, vai prejudicar os municípios. Então, hoje a nossa preocupação é latente e precisamos fazer a diferença em parceria com os três entes federados. Só o que vai deixar de receber, só a título do Imposto de Renda (IR), por exemplo, são R$ 11 bilhões, que em todo o Brasil tende a perder. E quase R$ 400 milhões no estado de Goiás".

Leandro Vilela e Zé Délio celebram o gesto do governo de Goiás, de liberar aos municípios R$ 38,6 milhões para as causas sociais. "É um cumprimento legal que outros governos não aconteciam e hoje o governador Ronaldo Caiado e a primeira-dama Gracinha têm a sensibilidade de ajudar os municípios", diz o presidente da AGM. "Mais uma vez o governador Ronaldo Caiado e a dona Gracinha saindo na frente, contribuindo com os nossos municípios goianos, no caso, o nosso, mas especialmente os mais vulneráveis, com aqueles que realmente precisam do apoio, e da mão estendida do governo", diz o prefeito de Aparecida de Goiânia.

Evento

O cofinanciamento está liberado para o exercício de 2025. O anúncio foi feito pelo governador Ronaldo Caiado, em evento com gestores municipais no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia. Objetivo é estimular as ações locais em assistência social, complementando programas já desenvolvidos pelo Estado, como Mães de Goiás e Aluguel Social. **(Especial para O Hoje)**

GESTÃO DO FUNDEINFRA

Caiado deve sancionar parceria com Ifag

Reprodução



Matéria aprovada na Assembleia Legislativa garante envolvimento do Instituto na aplicação de quase R$ 2 bi em obras de recuperação, manutenção e implantação de rodovias

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) avalizou a matéria do Poder Executivo que autoriza o Governo de Goiás a firmar parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), entidade sem fins lucrativos, para aplicação de recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) em obras de recuperação, manutenção e implantação de rodovias. Com isso, o projeto volta ao Palácio para o crivo do Governo de Goiás.

A matéria dispensa chamamento público e integra o Programa de Parcerias Institucionais para o Progresso e o Desenvolvimento Econômico de Goiás. O projeto foi discutido em audiência pública um dia antes de sua aprovação na Casa de Leis. O encontro contou com a participação do presidente da Goinfra, Pedro Sales, e recebeu votos contrários de alguns parlamentares da oposição.

Na ocasião, a audiência se tornou palco de um debate intenso sobre a gestão de obras rodoviárias e a utilização dos recursos do fundo. A Goinfra, vale lembrar, é o órgão supervisor do Fundeinfra, do qual o Ifag pretende acessar recursos. Com a parceria, o instituto poderá obter recursos financeiros do programa para a realização de ações voltadas à manutenção, ao melhoramento e à implementação de rodovias.

Ao falar sobre o assunto, Pedro Sales apresentou dados referentes às obras já executadas pela Goinfra e apontou as melhorias obtidas até o momento. "Estamos em um avanço de deixar o Estado muito melhor do que aquilo que encontramos em 2018", frisou. Sales evidenciou as obras concluídas e em andamento, por meio do Fundeinfra, na infraestrutura de Goiás, com a afirmativa de que o valor já arrecadado pelo programa soma R$ 1,94 bilhões.

No entanto, segundo ele, ainda há muitas obras que necessitam de avanço. Por esse motivo, afirmou ter solicitado a discussão com o intuito de esclarecer a respeito da medida que visa à parceria do Estado com o Ifag. O objetivo, segundo Sales, é desburocratizar o processo e dar celeridade à execução dos serviços. Ele acredita que a ação ainda coloca Goiás à frente de outros estados. "São procedimentos novos, mas todos embasados em legislação", pontuou.

Apesar do esforço, a defesa do secretário não convenceu a deputada Bia de Lima (PT) que criticou a matéria do governo que transparece a tentativa de, segundo ela, "fugir do processo" de licitação, defendendo a aplicação da lei para todas as gestões. "A lei não é para alguns. A lei é para todo mundo", enfatizou a deputada, que também questionou a "sofrência desesperadora" do Governo em defender suas ações em âmbito nacional.

O relator da matéria, deputado Issy Quinan, porém, defendeu a medida que qualifica o Ifag para a gestão de obras rodoviárias. Segundo Quinan, a proposta representa um avanço na celeridade e na eliminação da burocracia, garantindo a execução do plano rodoviário do Estado. O deputado rebateu as críticas da oposição, afirmando que o Governo Caiado realizou mais obras do que gestões anteriores e que o projeto em questão busca dinamizar o ato administrativo, eliminando modelos obsoletos.

De volta ao secretário, Sales destacou que houve diálogo com o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) a respeito do assunto. "Todos os atos foram públicos e ficaram sob consulta pública", afirmou, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Ele informou que o TCE assinou um termo de acordo para fiscalizar as obras sob essa nova perspectiva.

Por fim, o presidente da Goinfra esclareceu que a lei permite a contratação de entidades do terceiro setor por meio de chamamento público ou dispensa, quando há referendo legislativo da entidade indicada. Ele ressaltou que um chamamento público está aberto e que o Ifag foi indicado por já ter manifestado interesse na parceria. O gestor também se colocou à disposição para apresentar um comparativo dos investimentos em obras rodoviárias das gestões anteriores e da atual. Ele reforçou que a sustentação jurídica do processo está na legislação, que permite a gestão compartilhada de infraestrutura com o terceiro setor. **(Felipe Cardoso, especial para O Hoje)**

Três novos membros tomam posse na Academia Goianiense de Letras

A Academia Goianiense de Letras (AGnL), fundada em 2005, anuncia com entusiasmo a posse de três novos membros correspondentes, reforçando seu compromisso com a difusão e o desenvolvimento da cultura e da literatura goianas.

A cerimônia será realizada na próxima quarta-feira, 26, na Casa Altamiro de Moura Pacheco, localizada na Av. Araguaia, esquina com Rua 15, Nº 240, no Setor Central de Goiânia. O evento terá início às 9h00, com a reunião oficial a partir das 9h30, conforme convite da presidente da AGnL, Dra. Marislei Espíndula Brasileiro.

Novos Membros Correspondentes

Rafael Ribeiro Fleury de Passos (Cadeira Nº 43)

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e com especializações em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito de Família e Sucessões pela Escola Brasileira de Direito, Rafael Ribeiro Fleury de Passos se destaca não apenas na área jurídica, mas também na literatura.

Com uma trajetória consolidada no meio literário, ele é autor de diversas obras, incluindo os livros Âmogo (2008), Com a Cora e a Coragem (2009), Vozes da Villa (2015) e Arraial Menino (2023). Além disso, tem uma vasta produção de artigos, poemas, contos e participações em antologias, consolidando seu nome na cena cultural e acadêmica.

Ao assumir sua cadeira na Academia, Rafael escolheu como patrono Carlos Dayrell, renomado jurista, professor universitário e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Dayrell foi professor titular na UFG e se destacou por sua atuação no serviço público, sendo o primeiro quadro técnico do TCE a alcançar o cargo de conselheiro e chegar à presidência da Corte, deixando um importante legado na administração pública.

Matheus Nunes da Silva Brito (Cadeira Nº 40)

Aos 24 anos, Matheus Nunes da Silva Brito está em fase de conclusão do curso de Letras ? Português/Inglês e já ocupa um papel relevante no cenário cultural goiano. É membro ativo de diversas instituições, como o Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado, Instituto Bertran Fleury e a União Brasileira dos Escritores ? UBE/GO.

Na literatura, Matheus é autor dos romances Novo Mundo e Lá Pro Sertão de Goiás (ambos de 2018), além do livro de poesias O Dia que Deixei de Brincar na Rua e Inventei Ser Poeta, que recebeu menção honrosa e uma bolsa de

publicação. Seu trabalho se estende a 27 antologias nacionais e internacionais, consolidando sua presença na literatura contemporânea.

Ao assumir sua cadeira, escolheu como patrono o magistrado Manoel Amorim Felix de Souza, que atuou desde a Promotoria Pública até a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Além de sua relevância no Judiciário, Manoel Amorim Felix de Souza é lembrado por sua contribuição à cultura goiana, especialmente por seu papel nas modinhas e baladas da antiga capital.

Márcio Rodrigo Delfim (Cadeira Nº 56)

Com uma sólida formação acadêmica, Márcio Rodrigo Delfim é mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento e possui especializações em Direito Público, Civil, Processual Civil, Notarial e Registral. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Toledo, se destacou como o melhor aluno de sua turma.

Atualmente, exerce as funções de Analista Jurídico e Coordenador Pedagógico da Escola Superior do Ministério Público de Goiás, além de integrar o Banco de Avaliadores do Conselho Estadual de Educação de Goiás.

Seu patrono escolhido é Gilberto Mendonça Teles, renomado professor universitário e crítico literário, cuja influência atravessou gerações, deixando um legado significativo na literatura brasileira e na academia.

Destaques da Sessão Solene

O evento contará com a apresentação do desembargador José Carlos de Oliveira, que trará um resgate histórico sobre o patrono de sua cadeira, Modesto Gomes da Silva. A sessão será abrilhantada pelas ilustres presenças do acadêmico Dr. Emídio Brasileiro e dos jornalistas Arthur da Paz e Luiz Otávio, também membros.

Informes e Pautas da Reunião

Durante a reunião, serão debatidos temas relevantes para a Academia, incluindo:

? O Ano Cultural Geraldo Coelho Vaz;

? Informes sobre projetos vigentes;

? A aquisição de um veículo por doação;

? A concessão do Título de Cidadão Goianiense ao acadêmico Abílio Wolney Aires Neto;

? Definição de metas para 2025.

A Academia Goianiense de Letras também esteve presente em eventos recentes de grande prestígio, como as atividades culturais do Tribunal de Justiça de Goiás e a abertura do Ano Cultural Luiz de Aquino da Academia Goiana de Letras (AGL).